

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO
ESCOLAR DEMOCRÁTICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Eliete Regina Rodrigues

Fortaleza, CE, Brasil

2010

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

por

Eliete Regina Rodrigues

Monografia apresentada Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção
do grau de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Prof^a Ms. Neila Pedrotti Drabach

Fortaleza, CE, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO ESCOLAR
DEMOCRÁTICA**

elaborada por

Eliete Regina Rodrigues

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Neila Pedrotti Drabach, Prof^a Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Maria Elizabete Londero Mousquer, Prof^a Dr^a. (UFSM)

Reinoldo Marquezan, Prof. Dr. (UFSM)

Fortaleza, 18 de setembro de 2010.

*Dedico este trabalho a minha mãe Rita Fernandes Rodrigues
que ama e cuida de seus filhos até hoje com 86 anos de idade
e que ainda nos dá exemplos de vida, de que com vontade
e luta se consegue realizar sonhos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pela oportunidade de poder contribuir para novos rumos educacionais.

Ao meu esposo e aos meus filhos que tiveram paciência e me deram apoio nas fugas do tempo que seria para eles.

À orientadora Neila Pedrotti Drabach que por seu empenho e dedicação orientou-me para a construção do presente trabalho.

Aos colegas de trabalho pelo caminhar juntos nesta luta por uma educação de qualidade.

*Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo.
Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político.
O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso,
uma etapa em direção a uma finalidade
que permanece como horizonte da escola.*

Moacir Gadotti

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

AUTORA: ELIETE REGINA RODRIGUES
ORIENTADORA: NEILA PEDROTTI DRABACH
Fortaleza, 18 de setembro de 2010

Frente às mudanças ocorridas no âmbito educacional, faz-se necessário refletir sobre os projetos de educação, em especial o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Gestão Democrática do Ensino Público assegurados como princípios da educação pública através da Constituição Federal em 1988, os quais demandam uma nova organização e comprometimento por parte da escola. Neste sentido, esta pesquisa problematiza a gestão democrática, compreendendo-a do ponto de vista do envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões para o funcionamento da organização escolar e a partir dessa idéia aborda a existência política e prática do PPP, como ferramenta de crescimento, de melhoria no processo ensino-aprendizagem e de construção da autonomia escolar. Diante deste propósito, a pesquisa realizou-se através de uma investigação bibliográfica e da pesquisa-ação no cotidiano da Escola Y, situada no município de Fortaleza – CE, promovendo uma reflexão participativa sobre seu PPP, com o objetivo de obter respostas de como melhorar o processo ensino-aprendizagem da escola, reformulando assim, de forma participativa, o seu projeto educacional. Dentre as relações estabelecidas entre a pesquisa teórica e prática pode-se identificar que o PPP e a gestão democrática podem significar o direcionamento intencional da ação educativa rumo a novos objetivos, construídos de forma consciente, integrada e consensual sobre as normas e atitudes comuns à melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo, este processo significa a construção da autonomia escolar, no sentido de decidir coletivamente sobre os rumos do seu processo educativo, tomando como base a realidade dos sujeitos que a constituem.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática, autonomia da escola

ABSTRACT

Specialized Monograph
Postgraduate course in the distance
Sensu lato in education management
Federal University Santa Maria

THE POLITICAL PROJECT OF TEACHING AND DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT

AUTHOR: ELIETE REGINA RODRIGUES

ADVISOR: NEILA PEDROTTI DRABACH

Fortaleza, 18th september, 2010

Facing changes in the educational context, it is necessary to reflect on education projects, especially the Political Pedagogical Project (PPP) and the democratic management of public education as guaranteed principles of public education by the Federal Constitution in 1988, which requires a new organization and commitment from the school. In this sense, this research examines the issue of democratic management, understanding it from the standpoint of the involvement of all segments of the school community in making decisions for the functioning of school organization and from this idea addresses the political existence and practice of PPP, as a device for growth, improvement in teaching-learning process and construction of school autonomy. Given this purpose, the research was carried out through a literature search and research-action in the routine at school Y, promoting a participatory discussion about your PPP, in order to get answers on how to improve the teaching-learning process of school by reformulating so in a participatory manner, their educational project. Among the relationships established between the theoretical and practical research can identify the PPP and the democratic management can mean the intentional targeting of educational action towards new goals, constructed consciously integrated and compliant with norms and attitudes common to the improvement of process of teaching and learning. At the same time, this process means the construction of school autonomy in order to collectively decide on the directions of their educational process, based on the reality of the individuals that constitute it.

Keywords: Pedagogical Political Project, democratic management, school autonomy

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Sistematização da questão 1 | 29 |
| Tabela 2 – Sistematização da questão 6 | 29 |
| Tabela 3 – Sistematização da questão 7 | 29 |
| Tabela 4 – Sistematização da questão 8 | 30 |
| Tabela 5 – Sistematização da questão 9 | 30 |
| Tabela 6 - Sistematização da questão 2 | 31 |
| Tabela 7 - Sistematização da questão 3 | 31 |
| Tabela 8 - Sistematização da questão 8 | 31 |
| Tabela 9 - Sistematização da questão 9 | 31 |
| Tabela 10 - Sistematização da questão 10 | 32 |
| Tabela 11 - Sistematização da questão 2 | 32 |
| Tabela 12 - Sistematização da questão 3 | 32 |
| Tabela 13 - Sistematização da questão 4 | 33 |
| Tabela 14 - Sistematização da questão 5 | 33 |
| Tabela 15 - Sistematização da questão 10 | 33 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I - CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA..... | 15 |
| 1.1 Democratização da Gestão Escolar..... | 18 |
| 1.2 Escola como Espaço Público de Ação Coletiva | 20 |
| CAPÍTULO II - CONCEPÇÃO POLÍTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO | 22 |
| 2.1 Gestão Democrática e Qualidade de Ensino | 24 |
| 2.2 Autonomia Escolar..... | 25 |
| 2.3 Reflexões/Experiências da Ação Coletiva de uma Escola Pública..... | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 35 |
| REFERÊNCIAS | 38 |
| ANEXOS | 40 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática o Projeto Político Pedagógico e a gestão Democrática visando compreender como estes elementos podem contribuir na construção de um novo olhar sobre o processo educativo nas escolas.

A Educação perpassa por mudanças históricas, conceituais e estruturais nos últimos tempos e que necessitam serem refletidas, tanto nos aspectos sociais, quanto políticos, econômicos e culturais. A escola faz parte, é o meio em si, destas mudanças. E essa transformação é uma reflexão indispensável à comunidade escolar, a qual através de estudos norteia as decisões e os objetivos que a escola deseja alcançar e que devem estar contidos no Projeto Político Pedagógico.

Segundo Boas (2004, p. 184), "A escola que a sociedade democrática requer é aquela capaz de implementar seu próprio projeto político pedagógico, elaborado coletivamente, devidamente atualizado, divulgado e avaliado por todos os interessados." Com isso, este autor reafirma a importância da escola democrática e a participação de todos os segmentos na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico.

Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico a comunidade Escolar decide as ações norteadoras do trabalho que a instituição pretende desenvolver, de acordo com sua realidade sócio-cultural. Mediante diagnóstico, conhece o contexto escolar e local e desta forma define os objetivos, metas, estratégias, recursos de intervenções, forma avaliativa e traça o norte da escola.

Para que seja possível desenvolver um trabalho satisfatório de forma compartilhada, a escola precisa ter boas relações, trocar experiências, saberes diversos e partilhar ideias. Assim se vivencia a gestão democrática, na participação, na tomada de decisões, desenvolvimento de ações e, conseqüentemente, na busca de sustentabilidade ao Projeto Político pedagógico para se atingir também a autonomia da escola.

Frente a isso, e somado à minha experiência como gestora escolar, desenvolvendo a função de Diretora frente a Escola y, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Fortaleza - CE, a pesquisa realizada aborda o projeto Político pedagógico da escola citada, que deverá ser reformulado, pois o documento foi elaborado em 2004 como um instrumento norteador das Escolas Públicas Municipais de Fortaleza com o objetivo de fortalecer as ações educativas

da escola. No entanto, frente à realidade atual e às novas políticas públicas é preciso um novo olhar sobre o PPP, de modo a promover a redefinição de papéis e ações educacionais.

Como cita Boas (2004), o PPP deve ser atualizado, divulgado e avaliado por todos os segmentos da escola. Observei que o Projeto Político Pedagógico da Escola Y precisa passar por essas etapas. O documento está esquecido, não na sua existência, mas em suas ações, pois a escola já caminhou muito em novas implementações, ações e diretrizes frente à nova realidade que vive e nada disso consta em seus escritos.

Os profissionais conhecem a existência do documento, participam das novas mudanças ocorridas, mas persiste a necessidade de se estar revisitando este documento a fim de que se possa resgatar, modernizar e atualizar as ações político-pedagógicas da escola. Ações estas que são necessárias para o resgate da qualidade de ensino, da participação de toda comunidade escolar de modo a se obter uma gestão democrática mais eficaz e se alcançar as metas desejadas de uma melhor aprendizagem dos alunos, elevando o nível do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da escola que nos últimos anos encontra-se abaixo do desejável.

De que forma o Projeto Político Pedagógico está contribuindo e poderá contribuir na construção da autonomia da escola e na melhoria do processo educativo? Faz-se necessário essa avaliação, pois se quer caracterizar o modelo de gestão e construir com a comunidade escolar ações organizadas, participativas e conscientes para compreender a gestão democrática e o Projeto Político pedagógico na transformação da escola.

Para essa avaliação desenvolveu-se uma pesquisa empírica na Escola Y, mediante coleta de dados a partir de questionário, para se analisar a posição da comunidade escolar a respeito do PPP da escola, tendo em vista os seguintes objetivos:

a) Reconhecer a partir da visão da comunidade escolar da Escola Y, o significado do PPP e de que forma todas as ações político-pedagógicas, os projetos, conteúdos disciplinares e os métodos de ensino possam ser capazes de transformar o processo de gestão escolar e das práticas pedagógicas da escola com vistas a um ensino de qualidade;

b) Considerar as experiências e os conhecimentos sobre a importância de

todos os segmentos da escola na elaboração, revisão e avaliação do PPP, com vistas a desenvolver uma escola democrática e autônoma.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, tendo como orientação teórico-metodológica a pesquisa-ação, por pretender investigar a realidade e ao mesmo tempo utilizar o conhecimento, as reflexões produzidas na transformação desta mesma realidade. A pesquisa ação conta com o envolvimento direto dos participantes da realidade investigada. Conforme define Michel Thiollent (1998, p. 14), a pesquisa-ação:

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que PE concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Neste sentido, a pesquisa envolveu representantes dos segmentos da comunidade escolar da referida instituição de ensino. A investigação se deu por amostragem com um número de significativa importância de cada segmento da escola num total de 12 professores, 05 funcionários, 12 alunos e 06 pais da escola.

Em relação ao segmento de pais, procurou-se abranger aqueles que são mais antigos na escola e/ou estão ativamente participando dos projetos da instituição e que fazem parte do Conselho escolar, tendo em vista a desenvolver análises, críticas e reflexões a fim de que as modificações sejam avaliadas e reavaliadas no intuito de aprimorar o trabalho pedagógico. Os participantes da pesquisa responderam a um questionário de dez itens (em anexo) contendo reflexões sobre a vivência do Projeto Político Pedagógico, gestão democrática, projetos da escola e qualidade do ensino, com o objetivo de obter respostas de como poderemos melhorar o processo ensino-aprendizagem da escola, reformulando assim o Projeto Político Pedagógico.

Desta forma, neste trabalho se abordam reflexões sobre Gestão Democrática, Projeto Político pedagógico, escola espaço público e ação coletiva e a autonomia escolar, tendo por base o contexto atual e as legislações referentes ao campo educacional e as concepções teóricas sobre a temática aqui abordada.

Esta monografia se divide em dois capítulos que abordam teórica e empiricamente a gestão democrática com ênfase na compreensão e construção do Projeto Político Pedagógico escolar. Neste sentido, o primeiro Capítulo tem como

objetivos: evidenciar historicamente o processo de construção da gestão democrática e enfatizar a importância da participação de todos os segmentos da escola na construção da gestão democrática, evidenciando a escola como um importante espaço de socialização e participação.

O segundo capítulo apresenta, inicialmente, uma discussão teórica e empírica sobre os conceitos referentes ao Projeto Político Pedagógico, Gestão democrática e autonomia. Por fim, apresenta os resultados da pesquisa-ação acerca do PPP da Escola Y, evidenciando a visão da comunidade escolar sobre a atual situação da escola e as perspectivas de projetos e planos para a melhoria da qualidade do ensino, com vistas à reformulação do atual PPP da instituição.

Neste sentido o leitor irá compreender que a gestão democrática participativa é uma atuação consciente de todos os membros da escola visando uma ação pedagógica de qualidade. Com a construção do Projeto Político Pedagógico e o estímulo à participação de toda comunidade escolar na construção coletiva do documento finaliza-se o resgate da credibilidade do Ensino Público de qualidade.

O trabalho, portanto, partiu do PPP da Escola Y para uma visão macro a fim de se obter uma reflexão dos trabalhos realizados e mostrar que a escola reformulando o seu PPP poderá desenvolver um novo olhar no seu fazer pedagógico.

Diante de novos avanços educacionais ocorridos, profissionais que se transferiram e outros que chegaram à escola, ações antigas merecem ser reavaliadas e outras que deverão ser retiradas e ou acrescentadas. Essa conclusão chegou-se diante do resultado da pesquisa entre alunos, pais, funcionários e professores, que mostrou que muitos não conheciam este documento da escola, mas que na prática diária citaram-se muitas ações que a escola desenvolve e outras que deveriam desenvolver de acordo com o que diz o Projeto Político Pedagógico.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A História da Educação Brasileira tem início com a chegada de colonizadores portugueses e padres Jesuítas ao Brasil. A retrospectiva histórica traz a compreensão do caos que viveu a educação e a luta pela sua democratização. Desde o momento em que a política de educação era confessional, gerando um sistema de ensino elitizado e aristocrático, identificava-se a inexperiência democrática com as condições estruturais de nossa colonização, no grande domínio, onde o Senhor além de dono das terras era dono de gentes – índios e negros escravizados. Como analisa Paulo Freire, "O Brasil nasceu e cresceu sem experiência do diálogo. Sem o direito à fala autêntica. De cabeça baixa. Com receio da coroa. Sem imprensa. Sem contatos. Sem escolas" (1959, p. 82).

Mais tarde, com a expulsão dos Jesuítas do território brasileiro, teve-se início uma nova fase da Educação com a chegada do Marquês de Pombal em 1759 mudando a forma de atendimento à clientela escolar que antes era exclusiva da elite branca e dos índios aculturados. A cobrança de uma escola pública gratuita e de qualidade desaponta entre a sociedade visto que em 1772 foi criado o primeiro imposto para financiar a manutenção dos ensinos primários e médios. E a Constituição Federal outorgada em 1824 em seu artigo 179 propõe a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, mas que se deu somente no campo das classes mais abastadas.

No final do Segundo Império Rui Barbosa lidera um movimento de reação contra a educação popular que não fosse à brasileira e lança a campanha de uma educação popular comprometida com a cidadania e a defesa de interesses nacionais.

Benjamim Constant, porém, na época da República lidera uma reforma educacional com princípios do positivismo francês com a adoção de poderosos instrumentos de controle e uniformização do ensino adotando: a ordem, a

disciplina, o controle centralizado e a uniformização de comportamentos e práticas.

Na Primeira República, não houve a deflagração de um processo educacional democrático, pois apesar da aparente luta contra o analfabetismo o poder continuava no interior das grandes oligarquias.

A partir de 1930, o modelo agrário-exportador, mesmo não deixando de existir, dá lugar ao modelo urbano industrial e com isso a ascensão social da classe média. Não havendo capacidade da camada dominante em reorganizar o sistema educacional, a baixa produtividade do ensino passa a ser responsável pelos entraves do desenvolvimento.

Esta situação educacional passa a ser transformada, a partir de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, que, com base na corrente norte-americana da Escola Nova, defendem ideais progressistas de educação e tem por princípios a democracia e gratuidade do ensino. Este Manifesto é ainda hoje considerado referência para a Educação Pública comprometida com a promoção e defesa dos interesses nacionais.

Após este período de avanço em prol da democratização da educação, embora interpelado pelas forças paternalistas e patrimonialistas do Estado Brasileiro, o país retrocede seus avanços com a instauração do regime ditatorial. Enfrenta-se um período de ausência e repressão da participação popular na vida política e de agravamento das desigualdades sociais. No campo educacional, reproduz-se o mesmo modelo de administração estatal, seguindo uma administração centralizada e voltada aos interesses das classes dominantes.

Após o período de vinte e um anos de regime ditatorial militar o processo de democratização no Brasil recomeça com as eleições de governadores em 1982. Nessa década de 80, o esboço de projeto político com o objetivo de garantir a participação popular nas decisões da administração pública e na esfera educacional foi defendido por um grande movimento de toda a sociedade em geral e especificamente dos trabalhadores de educação. O movimento defendia a gratuidade da escola Pública, a universalização da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino e a democratização da gestão. E assim, apesar das resistências de representantes do Congresso Nacional, a gestão democrática da educação reivindicada pelos movimentos sociais tornou-se um dos princípios da educação na Constituição Federal de 1988.

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 1988).

Com a Constituição de 1988 há a instauração de um regime democrático no Brasil e avanços significativos que alicerçam o Estado Democrático de Direito Brasileiro em que a cidadania e a dignidade da pessoa são ideais para a democracia. A Escola Pública deve ser gratuita e universalizar a educação básica bem como melhorar a qualidade de ensino e democratizar a gestão. Vista sob a perspectiva da participação da comunidade, Paro (1997) acentua que vê na gestão democrática a alternativa para que o ensino financiado pelo Estado possa ser denominado público.

Em defesa da gestão democrática se introduz, hoje, mecanismos de participação, de conselhos escolares e de eleição de dirigentes a fim de que se possa garantir a liberdade de expressão de pensamento e organização coletiva da escola.

No contexto desta nova organização da instituição escolar, a gestão democrática da Educação Pública está combinada com a participação social no planejamento, na tomada de decisões, na definição da aplicação de recursos. A sociedade brasileira está cobrando dos órgãos públicos como Ministério da Educação, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação uma atenção particular às mudanças de uma passagem de uma administração centralizadora em princípios democráticos. De acordo com Barbosa:

A gestão da escola passa a ser então o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político pedagógico construído coletivamente. A gestão democrática assim entendida exige uma mudança de mentalidade dos diferentes segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais (BARBOSA, 1999, p.219).

Novos mecanismos de participação social que ampliem as decisões por um número maior de sujeitos devem ser valorizados. Tomar iniciativas inovadoras e corajosas em busca de valorizar a participação dos cidadãos e tentativas de se fazer o que está na lei maior, a Constituição, é um compromisso de todo cidadão que se envolve com questões político-sociais a fim de que nossas escolas possam

compreender a importância de se propagar a consciência da participação.

1.1 Democratização da Gestão Escolar

Com o resgate da história da educação a preocupação com ações concretas de construção democrática com a inclusão da sociedade civil evidencia o lançamento de iniciativas concretas de construção democrática. Para Santos (2002, p.51) “a democracia implica determinadas rupturas com o que se encontra estabelecido, via de normas e tradições, e, portanto, a tentativa de instrução de novas determinações, novas normas, novas leis”.

As eleições de diretores escolares é um processo democrático dentre as várias alternativas do processo democrático, bem como a implantação dos Conselhos Escolares, pois garante a liberdade de expressão, de pensamento e de organização coletiva.

Observa-se que apesar dos avanços no processo democrático da gestão escolar não há uma forte conexão das relações internas e melhoria da qualidade de ensino, visto que a construção da democracia no ambiente escolar flui lentamente e percebe-se que as escolas públicas ainda não criaram o hábito de participação coletiva.

A constituição do Projeto Político Pedagógico é um ato democrático não somente de responsabilidade do gestor que ocupa a função de diretor, mas de todos os membros da comunidade escolar e necessariamente deve haver uma alteração nas relações e mentalidades de todos que fazem a escola.

O diretor escolar deve empregar o ato de participação efetiva entre todos da escola e propagar informações, compartilhar tarefas, elaborar ou criar mecanismos pedagógicos para estabelecer o processo de democracia no espaço escolar. E para isso é preciso atitudes. Como diz Paulo Freire (FREIRE apud LIMA, 1999, p. 88):

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer; primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja de uma ou de outra forma, na briga em defesa desse direito, que, no fundo, é o direito de também atuar.

Uma forma de garantir a democracia participativa e a autonomia responsável atendendo aos pressupostos teóricos e metodológicos é construir um Projeto

Político Pedagógico juntamente com todos da escola.

É comum se ouvir de professores que não tem oportunidade de participar da construção do currículo escolar e/ou outras ações da escola. Porém, quando lhe são dado o espaço, muitos negam a participação. Esse processo se dá porque mudanças promovem desestabilização do que é comum, causando desacomodação.

Ao gestor escolar democrático cabe promover a criação e sustentação de um ambiente propício ao aluno, aos pais, aos professores e funcionários, pois por meio da participação desenvolve-se consciência crítica e desenvolve-se o sentido de cidadania promovendo assim a vivência democrática.

Paulo Freire (1959) diz que é necessário desenvolver no homem brasileiro a capacidade de exercício democrático e neste sentido discute o papel da família, da escola e do partido e critica as práticas conservadoras que ainda permeiam a sociedade.

Ângulo importante por onde pode ser visto este problema é, não há dúvida aquele que focalize o comportamento de nossa família á luz dos impactos que vem sofrendo desde o início da decadência do patriarcado rural, no século passado e o crescente prestígio da vida das cidades, até a ênfase de nossa industrialização que vem provocando toda uma alteração no nosso sistema de valores. É neste sentido que nossa sociedade vem sendo uma sociedade dramaticamente em trânsito. Trânsito da rigidez estática, do autoritarismo... Trânsito que a família brasileira ainda não soube realizar - da autoridade externa, vertical e inflexível do patriarcalismo, para a interna, que a democratização está a exigir (1959, p.39).

[...] ainda em nossa atualidade e envolvida também pela antinomia fundamental se acha a escola. Sua posição atual, superposta à nossa realidade, acadêmica,propedêutica e seletiva,por todas estas coisas, antidemocrática, vem constituindo um dos mais fortes pontos de sufocação do desenvolvimento econômico do país e de sua democratização....(1959, p. 41)

À medida que o povo brasileiro rejeita suas velhas posições quietistas se faz mais fortemente necessário a até urgente este papel educador dos partidos políticos (1959, p. 58).

Com as palavras de Paulo Freire percebe-se que infelizmente ainda convivemos com situações sociais, políticas e econômicas que não contribuem para que a família, a escola e o Estado deem importância à democratização. É necessário ainda a tomada de consciência acerca do assunto e humanizar os tempos e os espaços escolares nessa direção.

Isto nos leva a refletir que nenhum verdadeiro ato democrático terá soluções imediatas ou a longo prazo se não nos colocarmos imersos em nossa realidade e

se não lutarmos para melhorar o processo democrático que queremos que exista na sociedade e em nossa escola.

A Democratização da gestão escolar perpassa pela participação dos pais na vida escolar de seus filhos, no envolvimento da participação de todos, para fazer com que a escola pública seja incluída no rol de instituições sociais que podem contribuir com a consciência democrática e a participação popular dentro da escola.

1.2 Escola como Espaço Público de Ação Coletiva

A Escola é um espaço público quando há diálogo e onde todos podem se sentir responsáveis pelas tomadas de decisões. Uma das funções da escola pública é difundir os valores sociais democráticos capazes de formar cidadãos preparados para conviver em uma sociedade marcada por diversidades. Portanto, deve ser um espaço lúdico e prazeroso, combinando competência técnica, conhecimento e também competência política, no sentido de formar cidadãos.

É o grande espaço de socialização. As redes estaduais e municipais do país atendem cerca de mais de 40 milhões de alunos e deve ser pensadas como instituição-chave na construção de uma sociedade mais justa e integrada. Ao garantir a pluralidade cria um ambiente privilegiado para que valores democráticos sejam compartilhados.

A Escola Pública deve garantir a ação coletiva, portanto, a gestão participativa enquanto projeto da escola propicia a alunos, pais e professores a oportunidade de exercer uma cidadania ativa. E é cidadã na medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. Conforme ratifica Prais (1996):

Vale dizer que, enquanto os professores e demais profissionais da educação estiverem compartilhando das decisões globais e específicas da escola, assumindo responsabilidade por essas decisões e agindo conjuntamente para implementá-las, estarão aprendendo a atuar melhor participativamente, estabelecendo-se, desta forma, a formação do cidadão participativo (PRAIS,1996, p.37).

A Escola Pública Democrática vem resgatar uma escola como um espaço público vivo, ativo e participativo que defende os princípios básicos, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino. O

que a caracteriza é a formação para a cidadania, coerente com a liberdade e com seu discurso formador.

Conforme observa Freire (2004):

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer neste sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE,2004,p.7)

Tal afirmação leva-nos a crer que as mudanças se darão por forças das conquistas obtidas e pela participação dos segmentos da escola.

A consolidação democrática compartilhada neste texto recomenda o aprofundamento do debate sobre gestão democrática e reabre discussão sobre o Projeto Político pedagógico que é um processo de sintonia e de avanço democrático por parte das escolas e do sistema educacional.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÃO POLÍTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Diante de tantas reformas políticas e partidárias é necessário destacar as transformações ocorridas no país para que se compreenda como se deu a construção do Projeto Político Pedagógico nas escolas.

A antiga visão da educação como instrumento ideológico do Estado, passa a adotar, a partir das mudanças políticas oriundas da retomada democrática na década de 1980, uma filosofia de gestão descentralizada e a democratização dos segmentos que compõem o processo educacional e a construção de um novo saber compartilhado.

Se lembrarmos que a ordem vigente era o autoritarismo do regime militar, que no avanço do capitalismo brasileiro manteve e acentuou a escola nos limites da precária sobrevivência, a questão-chave era se ter um sistema estruturalmente orientado para dispersar e diluir o poder democrático e a coesão de qualquer maioria que se formasse para evidenciar a democratização. E esse poder centralizador impedia os avanços dentro das escolas onde os planejamentos impostos por acordos importados (MEC/USAID) eram apenas executados e medidas provisórias eram editadas seguindo-se os decretos-lei do regime militar.

Após esse período, as políticas educacionais passam a focar uma gestão descentralizada a partir da Constituição de 1988 e da LDB 9394/96 em que se percebe a necessidade de um Projeto Político Pedagógico na escola. Documento que, para além da exigência do Governo é uma ferramenta eficaz no planejamento das organizações escolares.

Construir um projeto político pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola (VEIGA, 1996, p.15).

Desta forma, Veiga (1996), diz que o Projeto Político Pedagógico deve ser compreendido como um novo rumo que busca propostas de construção coletiva. O Projeto político pedagógico tem princípios norteadores na Constituição de 1988.

Em seu artigo 206 prega a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Escola e prima pela qualidade do ensino para todos. Outro princípio é o de Gestão democrática que deve repensar a estrutura de poder da escola podendo servir para o resgate da liberdade e da autonomia da escola pregados por educadores preocupados em ensinar, aprender, pesquisar e criar. Com essa autonomia dá-se a possibilidade de criação da identidade da escola. Havendo a valorização do magistério, o Projeto Político Pedagógico será compreendido como um processo de mudança de um novo rumo dado às relações coletivas. Como ressalta Severino.

Para que se possa falar de um projeto impregnado por uma intencionalidade significadora, impõe-se que todas as partes envolvidas na prática educativa de uma escola estejam profundamente integradas na constituição e vivenciação dessa intencionalidade. (...) para tanto, impõem-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção e explicitação dessa mesma intencionalidade (SEVERINO, 1988, p. 89).

Com isto, Severino (1988) mostra que a gestão e avaliação do Projeto Político Pedagógico devem ter uma participação ativa, na qual homens e mulheres tomem decisões. E esta autonomia entre comunidade escolar e entorno terá um desenvolvimento na qualidade do ensino.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, também traz em seu artigo 12, a proposta de uma ação coletiva para a construção do Projeto Político Pedagógico com a participação de todos os sujeitos para que tomem parte de resoluções formando uma rede. Chama a todos à responsabilidade, pois se deve ter uma Direção escolar capaz de ouvir, ter responsabilidade de sistematizar e cumprir o projeto da escola. Dando-se assim a construção do plano participativo. Conforme destaca a LDB,

art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Destaca-se neste artigo da LDB 9394/96 a autonomia pedagógica e reconhece a escola como um lugar central da gestão democrática e ver a

comunidade de pais alunos, professores, funcionários como parceiros importantes e essenciais nas tomadas de decisões. Valoriza os Conselhos escolares como um instrumento de solidificação de democratização da gestão e a autonomia escolar.

Na perspectiva de operacionalizar o Projeto Político Pedagógico, a Direção da escola deve apoiar-se nos seguintes fundamentos, segundo Gadotti:

a) no desenvolvimento de uma consciência crítica; b) No envolvimento das pessoas (comunidade externa e interna à escola); c) Na participação e na cooperação de várias esferas governamentais; d) Na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto (GADOTTI, 2000, p. 36).

A oportunidade vivenciada com a construção do Projeto Político Pedagógico contribui na tomada de consciência de que hoje a escola constitui-se um espaço de convivência coletiva de processos democráticos.

2.1 Gestão Democrática e Qualidade de Ensino

Uma gestão democrática deve reger-se de princípios gerais que resgate a liberdade e autonomia da escola e pregue a igualdade, permanência na escola e qualidade de ensino para todos.

A democratização das escolas públicas vem sendo analisada por profissionais de educação que a pontuam como ampliação do acesso à escola, a democratização do processo pedagógico, dos processos administrativos e financeiros voltados para o sucesso do aluno.

A gestão democrática deve eliminar as vias burocráticas e primar pela qualidade do ensino. As decisões devem ser compartilhadas, avaliadas e elaboradas para se ter um ponto de equilíbrio entre as diversas opiniões dos segmentos da comunidade escolar. Com essa concepção de gestão democrática a escola construirá um perfil em que terá autonomia para tomada de decisões e se comprometerá com a comunidade no cumprimento do plano previsto que é fazer do educando um ser capaz, criativo, crítico numa visão de mundo, homem e sociedade.

A Escola deve ser um espaço de construção de conhecimentos e de boas relações humanas e é necessário envolver, articular e promover ações participativas. Quando há a implementação de ações democráticas se consegue

um projeto de educação de qualidade pautado nos princípios de solidariedade, de justiça, de liberdade e de tolerância.

A gestão democrática deve consolidar a atuação dos Conselhos Escolares para que se defenda um ambiente com igualdade, pois o percurso histórico da sociedade brasileira é de pessoas estáticas. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, promovido pelo Ministério da Educação, demonstra avanços e conquistas para a sociedade, bem como para os trabalhadores de educação, e é uma forma de democratização poderosa dentro das escolas. O Programa pontua ações que podem ser desenvolvidas pelos Conselhos escolares, como:

- a) combater a atitude preconceituosa que separa professores, gestores e especialistas dos funcionários da escola;
- b) Cuidar da representação de funcionários de escolas nos conselhos: como escolher e como qualificar;
- c) inserir todos na discussão do projeto político pedagógico, como forma de apropriação, por todos, do fazer pedagógico;
- d) lutar pelo reconhecimento profissional dos funcionários da escola;
- e) discutir e avaliar planos de carreira e políticas salariais de professores e funcionários;
- f) discutir e avaliar a formação inicial e continuada de professores e funcionários - examinar planos, políticas e práticas. (PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES- CADERNO 8 - MEC,2006)

A gestão democrática deve sensibilizar e fortificar a todos, como as associações de pais, o grêmio estudantil, os conselhos escolares e através destes alcançar a renovação da escola em busca da melhoria e qualidade do ensino.

2.2 Autonomia Escolar

No Brasil, o tema autonomia escolar encontra suporte na própria Constituição, promulgada em 1988, que institui a democracia participativa criando instrumentos que possibilitam ao povo o exercício direto do poder (BRASIL, 1988, art.1). Referente à educação, a Constituição estabelece em seu artigo 206 o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e a gestão democrática do ensino público. Esses princípios podem ser considerados como fundamentos constitucionais da autonomia da escola. Portanto, a educação enquanto processo de conscientização tem tudo a ver com autonomia e essa luta pela autonomia da escola insere-se numa luta maior pela autonomia da própria sociedade. Escola

autônoma significa escola em constante intercâmbio com a sociedade.

Nessa sociedade a reivindicação pela participação e autonomia cresce cada vez mais. Pressupostos de autonomia e do Projeto Político Pedagógico da escola devem ser vivenciados no Conselho Escolar quando da escolha do livro didático, no planejamento de ensino, na organização de eventos culturais, atividades físicas, recreativas e outros. A autonomia e a gestão democrática fazem parte do ato pedagógico.

Cada escola deve construir seu Projeto Político Pedagógico. Essa é uma exigência da lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB de 1996), conforme seus artigos 11, 12, 13, 14 e 15 e vinculado ao princípio constitucional de gestão democrática.

A LDB representa um extraordinário progresso, já que, a autonomia escolar e proposta pedagógica estão nela asseguradas. Conforme coloca Azanha (1997,): a existência de uma proposta pedagógica produzida coletivamente e assumida como a diretriz que pauta as atividades desenvolvidas por todos os segmentos da escola pode-se dizer que é condição básica para a autonomia escolar.

A autonomia escolar, no entanto, tem se deparado com dificuldades em vários níveis:

- a) ideológico;
- b) pedagógico;
- c) administrativo;
- d) financeiro.

Quando se fala em ideológico destaca-se a descentralização do gerenciamento pelos que defendem a centralização hierárquica do ensino e a descentralização que pode causar a privatização do ensino público; no nível pedagógico, a descentralização é vista como uma ameaça esfacelada da unidade curricular; no nível administrativo a resistência a descentralização intensifica o poder central e representa o lançamento de tentáculos deste poder na periferia do sistema; no nível financeiro o repasse total de recursos à escola ameaça a perda de estabilidade no emprego e privatização das unidades escolares.

A transferência de maiores competências para as escolas deve realizar-se num processo de mudança sustentada. O novo modelo de gestão democrática e autonomia da escola demanda desta forma, que todo diretor deve ser eleito, que o projeto político Pedagógico seja implementado, na autonomia pedagógica (ter

competência para decidir programas, metodologias de ensino, livro didático, material de ensino, cursos, calendário escolar...), administrativa (planos de desenvolvimento, projetos de atividades e organização e controle escolar, dimensionamento de pessoal...), financeira (definição de despesas, elaboração de projetos de capacitação de recursos financeiros, planos de aplicação de recursos...) e na composição dos conselhos de escola.

Gadotti (2004) diz que a grande mudança exige esforço contínuo, solidário e paciente das pequenas ações e que as mais importantes devem ser feitas hoje. Este autor reforça seu pensamento citando Paulo Freire, que diz:

a melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível ser feita hoje, é fazer aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer (FREIRE, 2004 apud GADOTTI, 2004, p.41)

Isso significa que a educação precisa de uma transformação radical, de uma mudança estrutural e de um esforço contínuo, solidário e paciente para que se consiga realmente a autonomia desejável.

Tendo em vista estas construções teóricas e legais acerca da gestão democrática, autonomia escolar e Projeto Político Pedagógico, passamos no próximo tópico a apresentar e discutir a pesquisa realizada na escola Y em relação ao PPP desta instituição.

2.3 Reflexões/Experiências da Ação Coletiva de uma Escola Pública

A Escola Y, situada no município de Fortaleza – CE possui um Projeto Político Pedagógico elaborado em 2004 como um instrumento norteador das escolas públicas municipais de Fortaleza. Este Projeto foi resultado de um trabalho que se iniciou em 2002 com estudos e encontros e que contou com a participação de todos os segmentos da escola, com vistas a redefinir o seu trabalho pedagógico.

Necessário se faz observar que o documento tem objetivos e estratégias bem elaboradas para a sua época. Porém, frente à realidade atual e às novas políticas públicas e reformulação de leis é preciso ser revisto, de modo a se redefinir os papéis e ações educacionais frente ao mundo globalizado, às novas políticas educacionais, o seu entorno e o aspecto social de sua atual clientela.

O Projeto Político Pedagógico é o norte da Escola e precisa estar sendo reavaliado sempre. Através do questionário aplicado com os segmentos da escola pode se avaliar a necessidade desta revisão para que todos tomem conhecimento das ações contidas no Projeto e possam propor outras de acordo com as demandas atuais sentidas pelos participantes da instituição.

Considerando a problemática da reformulação do PPP da Escola Y justifica-se este trabalho pelo interesse de investigar e analisar como esse documento norteador está sendo visto pela comunidade escolar, tendo como instrumento de pesquisa a aplicação de questionário sobre o assunto, além das conversas informais e vivência da pesquisadora nesta realidade escolar. A Escola Y tem 50 professores, 24 funcionários, 1050 alunos e o equivalente a 400 pais levando em conta o total de filhos por casal. O público alvo da pesquisa, num total de 35 participantes, constitui-se de 12 alunos, 06 pais, 05 funcionários e 12 professores, compondo um grupo mais atuante no Conselho Escolar e mais presente no dia-a-dia da escola e que através de um contato direto, participou de conversas, reflexões e respondeu a um questionário relativo aos objetivos da pesquisa.

O questionário destinado aos funcionários e professores foi composto de dez itens relacionados com a vivência de cada um sobre o PPP e a gestão democrática (em anexo). O questionário dos alunos e pais também composto de dez itens traz reflexões sobre o PPP, a gestão democrática, sobre os projetos da escola e a qualidade de ensino como subsídios para a análise da importância de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Para análise dos resultados dos questionários é importante considerar as perguntas comuns a todos os segmentos nas questões em destaque, fazendo uma amostragem em forma de percentual. Com relação à pergunta sobre o conhecimento da identidade da escola, ou seja, do PPP um percentual maior de professores responderam que conhecem o documento, enquanto que os funcionários, pais e alunos respondem que não conhecem, conforme a tabela 1. Isso demonstra que há necessidade de se rever o documento e reconstruí-lo de forma coletiva.

Tabela 1 – Sistematização da questão 1

| Questão 1: Você conhece a identidade (documento que mostra as ações e projetos trabalhados na escola), ou seja, o Projeto Político Pedagógico de sua escola? | | | |
|---|---------------------|------------|------------|
| | parcialmente | sim | não |
| professores | 66,7% | 8,3% | 25% |
| funcionários | 40% | 60% | |
| Pais | 66,7% | 33,3% | |
| alunos | 33,3% | 66,7% | |

Na questão em que se enfatiza se os segmentos sentem-se responsáveis pelas ações definidas no PPP os professores em sua maioria dizem sim, porém pais, alunos e funcionários dizem não, de acordo com a tabela 2. Isto pode ser compreendido, pois se estes segmentos não conhecem o documento não podem responsabilizar-se por suas ações.

Tabela 2 – Sistematização da questão 6

| Questão 6: Você se sente responsável pela execução das ações contidas no Projeto Político Pedagógico? | | | |
|--|---------------------|------------|------------|
| | parcialmente | sim | não |
| professores | 75% | 8,3% | 16,7% |
| funcionários | 40% | 60% | |
| Pais | 16,7% | 83,3% | |
| alunos | 83,3% | 16,7% | |

Com relação ao questionamento da participação de todos os segmentos da escolar na elaboração do PPP, a maioria foi unânime em responder sim, confirmando desta forma a importância da participação. Conforme tabela 3:

Tabela 3 – Sistematização da questão 7

| Questão 7: Você acredita que a elaboração do projeto Político Pedagógico deve ser construída por todos os segmentos(pais,alunos,funcionários...)? | | |
|--|------------|------------|
| | sim | não |
| professores | 83,3% | 16,7% |
| funcionários | 40% | 60% |
| Pais | 100% | -- |
| alunos | 91,7% | 8,3% |

Todos os professores e funcionários acreditam que uma gestão democrática é aquela que discute, planeja, ouve, delibera e soluciona problemas da escola junto com a comunidade escolar, o mesmo ocorrendo com grande parte dos pais e alunos, como se pode verificar na tabela 4:

Tabela 4 – Sistematização da questão 8

| Questão 8: O que é para você uma gestão escolar democrática? | |
|--|-------|
| a) uma gestão que discute planeja, ouve, delibera e soluciona problemas da escola junto com a comunidade escolar. | |
| professores | 100% |
| funcionários | 100% |
| Pais | 83,3% |
| alunos | 66,6% |
| b) Uma gestão que controla tudo e avalia as ações da escola sem ouvir nenhum segmento. | |
| professores | --- |
| funcionários | --- |
| Pais | --- |
| alunos | 16,7% |
| c) Uma gestão que resolve tudo sozinha. | |
| professores | --- |
| funcionários | --- |
| Pais | 16,7% |
| alunos | 16,7% |

Com relação à gestão democrática a grande maioria dos entrevistados diz que na Escola Y há uma gestão democrática participativa, de acordo com o resultado da tabela 5:

Tabela 5 – Sistematização da questão 9

| Questão 9: Você considera que em sua escola há uma gestão democrática? | | | |
|---|---------------------|------------|------------|
| | parcialmente | sim | não |
| professores | 33,3% | 66,7% | --- |
| funcionários | 40% | 60% | --- |
| Pais | --- | 66,7% | 33,3% |
| alunos | --- | 66,7% | 33,3% |

Assim, de acordo com os resultados explanados aponta-se que é fundamental que a Escola Y intensifique o envolvimento dos segmentos para que revejam e reconstruam o PPP - um documento com propriedades essenciais ao desenvolvimento de ações para o melhor funcionamento da escola, tais como: Planejamento Escolar - organização geral do trabalho - Planejamento Pedagógico curricular- organização da vida escolar, dentre outras atividades que asseguram uma boa relação escola e comunidade. Que com a participação de todos se possibilite uma reformulação capaz de gerir dinâmica conjunta de decisões e resultados comprometidos com o exercício da democracia e com a qualidade do ensino.

Neste sentido, acredita-se que os professores possam contribuir para que os outros segmentos sintam-se envolvidos, pois a maioria respondeu que participou da elaboração do PPP, conforme a tabela 6:

Tabela 6 - Sistematização da questão 2

| Questão 2 - Você participou da elaboração do PPP de sua escola? | | | |
|--|---------------------|------------|------------|
| | Parcialmente | sim | não |
| professores | 16,7% | 66,6% | 16,7% |
| funcionários | --- | --- | 100% |

E por acreditarem que o PPP pode melhorar as novas práticas educacionais, professores e funcionários mostram-se estar comprometidos com a construção deste projeto, conforme o resultado da tabela 7:

Tabela 7 - Sistematização da questão 3

| Questão 3 - Você acredita que o PPP pode contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e práticas pedagógicas? | | |
|--|------------|------------|
| | sim | não |
| professores | 100% | --- |
| funcionários | 100% | --- |

A gestão democrática não acontece quando a escola não adquire autonomia para tomada de certas decisões e quando não há a participação de todos. Reflexão feita, conforme tabela 8 abaixo:

Tabela 8 - Sistematização da questão 8

| Questão 8 - Caso não considere a gestão de sua escola democrática, qual a razão? | |
|---|---|
| professores | 8,3% por não se ter autonomia própria na escola |
| funcionários | 40% por falta de participação de todos os segmentos |

Professores e funcionários acreditam na ação transformadora do PPP quando construídos coletivamente. Veja resultado da tabela 9:

Tabela 9 - Sistematização da questão 9

| Questão 9- Você acredita na ação transformadora do PPP e da gestão democrática quando construídos coletivamente? | | |
|---|------------|------------|
| | sim | não |

| | | |
|--------------|------|-----|
| professores | 100% | --- |
| funcionários | 100% | --- |

Tanto professores e funcionários consideram uma gestão democrática essencial para o bom desempenho escolar, conforme tabela 10:

Tabela 10 - Sistematização da questão 10

| Questão 10 - Você considera uma gestão democrática essencial para o bom desempenho escolar ? | | |
|---|------------|-------------------|
| | sim | totalmente |
| professores | 66,7% | 33,3% |
| funcionários | 100% | --- |

Com os percentuais apresentados nas tabelas 6, 7, 8, 9, e 10 reafirma-se a importância do PPP no espaço escolar da Escola Y, como forma de transformar e melhorar as ações da escola.

Os pais e alunos em sua grande maioria conhecem os projetos existentes na escola, demonstrando que estão integrados às atividades desenvolvidas no ambiente escolar, conforme ilustra a tabela 11:

Tabela 11 - Sistematização da questão 2

| Questão 2 - Você sabe da existência de projetos da escola (rádio escola, horta, dança) e outros? | | |
|---|------------|------------|
| | sim | não |
| pais | 100% | --- |
| alunos | 91,7% | 8,3% |

Demonstram, os pais e alunos, que a maioria são conhecedores dos métodos e conteúdos disciplinares da escola, conforme tabela 12:

Tabela 12 - Sistematização da questão 3

| Questão 3 - Você sabe que método, conteúdos disciplinares da escola que estudas (ou seu filho) deve ensinar? | | |
|---|------------|------------|
| | sim | não |

| | | |
|--------|-------|-------|
| pais | 66,7% | 33,3% |
| alunos | 66,7% | 33,3% |

Afirmam conhecer a missão da escola que estuda (aluno) ou em que o filho estuda, de acordo com o resultado da tabela 13:

Tabela 13 - Sistematização da questão 4

| Questão 4 - Qual a missão da escola do seu filho ou que estudas? | | |
|---|------------|------------|
| | sim | não |
| pais | 100% | --- |
| alunos | 100% | --- |

Porém, a maioria dos pais e alunos não participou ou não conhece nenhum representante de seu segmento que tenha participado da elaboração do PPP da escola, conforme se observa na tabela 14:

Tabela 14 - Sistematização da questão 5

| Questão 5 - Você conhece algum aluno ou pai que participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico de sua escola? | | |
|---|------------|------------|
| | sim | não |
| pais | 83,3% | --- |
| alunos | 91,7% | 8,3% |

Os pais e alunos pesquisados acreditam que com uma gestão compromissada e com a participação de todos pode se ter qualidade de ensino. Observe a tabela 15:

Tabela 15 - Sistematização da questão 10

| Questão 10 - Ter qualidade de ensino para você é quando: | | |
|--|-------|--|
| a) se tem uma gestão compromissada e elabora seu Projeto Político Pedagógico sozinha. | | |
| pais | --- | |
| alunos | 16,7% | |
| b) se tem uma gestão compromissada e juntamente com todos os segmentos da escola elabora um PPP que prime pela qualidade da educação de sua escola. | | |
| pais | 100% | |
| alunos | 83,3% | |

Nota-se que pais e alunos são engajados nos projetos da escola e têm confiança no trabalho da entidade e em seus profissionais, mas necessitam

participar da revisão e reelaboração do PPP da escola.

Paro (1992) ressalta frente a isso que é necessário distinguir as práticas que conduzem a uma participação efetiva, que envolvem tomadas de decisões, daquelas que apenas indicam a presença dos sujeitos no espaço escolar.

Nota-se que a escola oferece vários projetos e possibilidades a crianças, jovens e adultos e tem como determinante a idealização da formação para a vida em sociedade, e tenta ser um canal responsável para a habilitação à cidadania e ao concorrido mercado de trabalho. Proporciona um pouco de formação que muitas vezes não é encontrada em outro espaço social. Porém, é necessário maior envolvimento de todos os segmentos e dos profissionais.

Como coloca Ferreira (1993) ao afirmar que:

Ao transformar o mundo social e natural, o homem transforma a si mesmo, e o objetivo último dessa transformação é a supressão de suas carências, quaisquer que sejam. O educador não pode deixar de envolver-se nesta questão. Sua atividade profissional envolve aspectos políticos, econômicos e sociais e, mais do que isso tem dimensão ética, cuja legitimidade está ligada a esses fins. A prática educativa sempre traz em si uma filosofia política, tenha o educador consciência disso ou não (FERREIRA, 1993, p.54)

Diante do resultado da pesquisa e de acordo com as alternativas privilegiadas nas palavras de Ferreira, os educadores devem lutar com a comunidade escolar e criarem um elo de consciência política para transformar a realidade de nossas escolas e fazer com que se tenha uma gestão democrática compromissada e que discutindo, planejando, ouvindo, deliberando e solucionando problemas junto com a comunidade escolar, de forma a primar pela qualidade da educação de sua escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar das discussões educacionais é um exercício pleno de democracia, é importante para a comunidade onde a escola está inserida e para o bom funcionamento da organização escolar.

Muitas mudanças ocorreram desde o século XIX do ponto de vista educacional e a LDB 9394/96 reformulou muitos princípios da educação dando amplos direitos e conquistas a educadores e educandos para que se tenha uma educação de qualidade. Dentre os avanços podemos destacar a reforma no modelo de gestão e autonomia escolar.

É importante ressaltar a garantia de mecanismos necessários ao exercício de participação efetiva dos segmentos escolares e da comunidade atendendo às necessidades da escola e assegurando a descentralização do processo de tomada de decisões.

A forma de escolha e atuação de gestores escolares contribui para a superação de conflitos e melhoria do ensino garantindo que todos participem das demandas do sistema de ensino e da construção do Projeto Político Pedagógico das instituições escolares. Isto significa um ganho em prol do histórico clamor da sociedade que se quer mais justa e voltada à participação de todos nos processos educacionais.

A LDB e a Constituição apontam como se deve trabalhar uma gestão democrática e a autonomia escolar. Todos os segmentos das comunidade escolar são gestores da educação e devem primar pela qualidade do ensino, pela qualidade humana e pela qualidade patrimonial. Para isto acontecer é importante a conjunção de mudanças profundas na própria estrutura da escola e nas relações que nela se desenvolvem. Como reforça Paro,

Quando, entretanto, destacamos a gestão democrática da escola, para examinar as relações que tal gestão tem com a comunidade, parece que estamos imputando a ela um caráter de exterioridade ao processo democrático que se daria no interior da escola, como se, consubstanciada a democracia na unidade escolar, a comunidade fosse apenas mais um fator a ser administrado por meio das relações que com ela se estabelecessem. Se, todavia, concebemos a comunidade - para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se - como o real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante (PARO, 2000, p.11).

Nunca foi tão debatido o discurso da autonomia, cidadania e participação no espaço escolar. O instrumento para se chegar a estas práticas, sem dúvida, é a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, de forma a construir um processo educativo voltado à realidade social, cultural e política onde a escola está inserida. Além disso, se faz necessário o envolvimento de todas as instituições governamentais para garantir e dar condições de existência destes espaços.

Sabe-se que as ações democráticas implementadas não resolverão sozinhas todas às demandas do Ensino Público no Brasil, mas o exercício de cidadania e participação, a criação de Políticas Educacionais voltadas para as reais demandas sociais, e a possibilidade de a escola definir suas ações e objetivos educacionais a partir de suas demandas, são fatores que apresentam grande potencialidade na melhoria do processo educativo.

Fazer com que todos se sintam fazedores da Educação, que os conselhos escolares funcionem e lutem por políticas públicas que saiam do papel, que os projetos que chegam à escola venham realmente para a melhoria dos educandos e educadores e não como meras regras do capitalismo e do Banco Mundial, é o grande desafio de uma gestão democrática.

Diante das considerações acima, percebe-se a importância de um PPP bem elaborado dentro da escola. Nesse sentido, os resultados da pesquisa realizada na Escola Y revelam que a escola está caminhando em seu processo de construção da autonomia escolar e representam a possibilidade de reelaboração deste documento, definindo ações e proposições a partir do diagnóstico levantado. Os dados da pesquisa nos leva a refletir sobre formas de melhorar a participação da comunidade escolar na construção do projeto educativo e ao mesmo tempo fortalecer os laços de interação já construídos.

Reafirma-se em quase todos os resultados da pesquisa que apesar do não conhecimento do documento por grande parte do coletivo, que é o PPP o meio de transformar o fazer da escola e por isso reforça a necessidade de engajar a todos nesse processo de reconstrução contínua. Fica claro que se necessita rever o PPP não como um mero documento burocrático, mas um documento em permanente processo de discussão e reflexão. É essencial o envolvimento de todos neste processo, pois numa construção coletiva haverá uma comunidade mais consciente de seu papel na reconstrução dos projetos da escola. Além disso, ratifica-se que a escola precisa ter flexibilidade e diversificação de estratégias para atrair a

comunidade para uma participação efetiva na reconstrução do PPP e possa compreendê-lo como subsídio na melhoria do processo educativo.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário Pires. Proposta pedagógica e autonomia da escola. Seminário: o que muda na educação brasileira com a nova Lei de diretrizes e Bases? São Paulo, FIESP, SESI, SP e SENAI, SP, 1997.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF; Senado 1988.

_____, LDB, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v.134, nº 248, p.27833-841, 23 de dezembro de 1996.

BOAS, B.M.F.V."o projeto político pedagógico e a avaliação." in: VEIGA, I.P.A e REZENDE, M.G. (orgs.). **Escola; espaço do Projeto político pedagógico**, Campinas, SP; Papirus, 2002.

EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO, **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**.MEC,Brasília,DF,2006.

FORTALEZA, Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social. **Gestão Democrática da Educação: A Experiência municipal de Fortaleza**. Fortaleza, CE, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra,2001.

_____, **Pedagogia da autonomia**, Saberes necessários à prática educativa. 13. Ed.Rio de Janeiro:Paz e Terra,2001.

_____ **caderno Paulo Freire**: discussão sobre o processo educativo de escolha direta e democrática de gestores escolares Fortaleza, CE,2005.

_____ **Educação e Atualidade**. Tese de concurso para a cadeira de história e filosofia da educação na Escola Belas Artes de Pernambuco. Recife,PE:1959.

GADOTTI, Moacir: **ROMÃO**,José E.(org.)**Autonomia da escola**:Princípios e Propostas.6ª.ed.São Paulo; Editora Cortez,2004.

GADOTTI & ROMÃO (organizadores). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São P: Cortez:Instituto Paulo Freire,2000.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e governação democrática da escola pública**.São Paulo:Cortez,1999.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional: Uma questão paradigma**.3ª ed. Petrópolis, RJ:Editora Vozes,2007.

_____ **Gestão Participativa na Escola**. 3ª ed. Petrópolis, RJ:Editora Vozes,2008.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da escola Pública: a participação da comunidade. **Revista Brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, 1992.

_____ **O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB.**
Texto digitado, São Paulo, 1997.

_____ **Educação para a democracia:** o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. In: **PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação.** São Paulo: 2000.

VEIGA, ILMA passos Alencastro (org.). **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1996 (coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002).

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PAIS E ALUNOS

01. Você conhece a identidade (documento que mostra as ações e projetos trabalhados na escola),ou seja, o Projeto Político Pedagógico de sua escola?
() SIM () NÃO () PARCIALMENTE () OUTROS
02. Você sabe da existência de projetos da escola (rádio escola, horta, dança e outros)? () sim () não () parcialmente
03. Você sabe que método, conteúdos disciplinares da escola que estudas(ou seu filho) deve ensinar?
() sim () não () parcialmente
04. Você sabe qual a missão da escola(de seu filho) ou que estudas)?
() sim () não () parcialmente
05. Você conhece algum aluno ou pai que participou da elaboração do Projeto Político pedagógico de sua escola?
() sim () não
06. Você se sente responsável pela execução das ações contidas no Projeto Político Pedagógico?
() não () sim () parcialmente
07. Você acredita que a elaboração do projeto Político Pedagógico deve ser construída por todos os segmentos (pais,alunos,funcionários...)?
()sim ()não
08. O que é para você uma gestão escolar democrática?
() Uma gestão que resolve tudo sozinha
() Uma gestão que controla tudo e avalia as ações da escola sem ouvir nenhum segmento
() uma gestão que discute planeja, ouve, delibera e soluciona problemas da escola junto com a comunidade escolar.
09. Você considera que em sua escola(do seu filho) há uma gestão democrática?
() sim () não
10. Ter qualidade de ensino para você é quando:
() Se tem uma gestão compromissada e elabora seu Projeto Político Pedagógico sozinha.

() se tem uma gestão compromissada e juntamente com todos os segmentos da escola elabora um PPP que prime pela qualidade da educação de sua escola.

Respondi como segmento ()aluno ()pai

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

01. Você conhece a identidade, ou seja, O Projeto Político Pedagógico da sua escola?

() SIM () NÃO () PARCIALMENTE () Outros _____

02. Você participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico de sua escola

() Sim () não () parcialmente () Outros _____

03. Você acredita que o Projeto Político Pedagógico pode contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e práticas pedagógicas?

() sim () não parcialmente () outros _____

04. As instituições que representam a comunidade (conselhos escolares, associações de pais e mestres entre outras) devem ser convidados para participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico?

() totalmente () não () parcialmente () outros _____

05. Você se sente responsável pela execução das ações definidas no Projeto Político Pedagógico?

() Sim () não () parcialmente () outros _____

06. O que é para você gestão democrática?

() uma gestão que resolve tudo sozinha.

() uma gestão que controla e avalia as ações da escola sem ouvir nenhum segmento.

() uma gestão que discute, planeja, ouve, delibera e soluciona os problemas da escola junto com a comunidade escolar.

07. Você considera que em sua escola há uma gestão democrática?

() sim () não () parcialmente () outros _____

08. Caso não considere a gestão de sua escola democrática, qual a razão?

09. Você acredita na ação transformadora do Projeto Político Pedagógico e da gestão democrática quando construídos coletivamente?

() sim () não () parcialmente () outros _____

10. Para você uma gestão democrática é essencial para um excelente desempenho escolar?

() sim () não () totalmente () outros _____

Respondi como segmento () professor () funcionário